

Por uma visualização do processo grupal

Alexandre Baldasso Schossler
Sergio Antonio Carlos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

RESUMO

O conceito de processo grupal é problematizado a partir de uma aproximação metodológica para a sua visualização sustentada teoricamente em autores identificados com uma perspectiva institucionalista. Foi investigada uma experiência de ensino realizada no curso de Psicologia da UFRGS cujo tema central é o estudo dos pequenos grupos a partir de uma perspectiva vivencial. Os procedimentos adotados consistiram na sistematização dos registros existentes e na realização de cinco encontros de discussão com os participantes dos grupos analisados. Utilizando-se do referencial da pesquisa-ação, busca-se compreender a partir do conceito de processo grupal o cenário de uma atividade de ensino. Identificou-se que o processo grupal é visível na articulação de uma estrutura organizacional e uma instância de produção de subjetividade, que pode ser evidenciada a partir do conceito de implicação e da significação das situações vividas pelos participantes do grupo.

Palavras-chaves: Grupo; dinâmica de grupo; processo grupal; análise institucional; psicologia social.

ABSTRACT

For a visualization of the group process

The concept of group process is discussed from possible methodological approach to its visualization sustained by authors identified with an institutional approach. It was investigated a learning experience in the Psychology course of Universidade Federal do Rio Grande do Sul, which the main theme is the study of small groups and emphasizes the subjective aspects of the situations in class. The procedures adopted included a systematization of the available registers and the realization of five discuss sessions with the members of the analyzed groups. By using the concepts of action-research, this investigation aims to understand, through the concept of group process, the context of a learning activity. It was identified that the group process can be visualized in the articulation of an organizational structure and a subjectivity production, which can be seen through the concept of implication and the signification of the experienced situations by the members of the group.

Key words: Group; group dynamics; group process; institutional analysis; social psychology.

É cada vez mais comum encontrar idéias que responsabilizam o próprio indivíduo por seu sucesso ou fracasso assim como a divulgação de exemplos de pessoas que venceram sozinhas na vida ou encontraram a sua própria tragédia particular. Mesmo campanhas nacionais de valorização do sentimento ufanista, patrocinadas pelo governo federal, colocam como ponto forte de nossa sociedade o indivíduo, deixando de lado as forças sociais, do conjunto e dos encontros coletivos.

No entanto, existem outras perspectivas que apontam para uma visão de mundo que não encara o ser humano como um solitário, pelo contrário, o tem como um modo de relação, como um sujeito que emerge do encontro de modos de existência. É nessa linha de pensamento que situamos a nossa investigação.

Ao pensarmos os pequenos grupos, utilizamos um recorte teórico que supõe duas tendências principais. A primeira aponta para um grupo entendido enquanto objeto em uma perspectiva individualizante e pode ser percebida nos estudos de Kurt Lewin e nas escolas de relações humanas, Freud, Bion e na vertente psicanalítica, especialmente na prática clínica e mesmo nas teorizações de Lapassade e Pichon-Rivière. Esses dois últimos, no entanto já começam a criar condições para pensarmos o grupo como processo, que é a via que Lane (1986) escolhe para pensar o grupo e tentar escapar da noção de grupo-objeto. Ela é em parte bem sucedida, pois apesar de colocar o grupo como um processo que deve ser conhecido historicamente, ainda o trata em função da organização ou da instituição. Ela

pode ser usada como exemplo de uma segunda tendência que tem o mérito de trazer a discussão do grupo através do conceito de processo, mas ainda incorre no mesmo problema de acessar o grupo na lógica do registro individual. Essas duas tendências podem ser representadas graficamente pelas duas figuras a seguir.

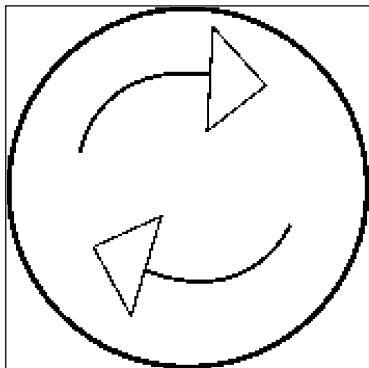


Figura 1 – O grupo como objeto
(desenho por Gustavo Schossler, 2005).

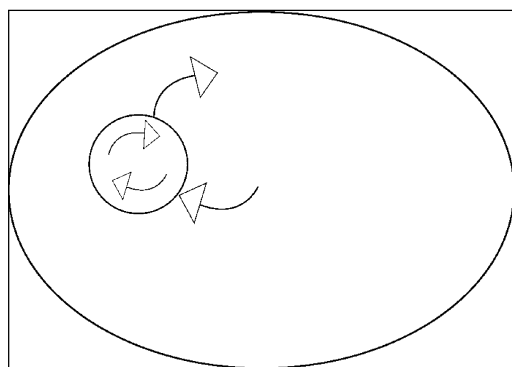


Figura 2 – O grupo a partir das instituições
(desenho por Gustavo Schossler, 2005).

Podemos nos perguntar aqui se é possível articular essas duas tendências para ampliar a perspectiva de estudo e intervenção nos grupos através da utilização do conceito de processo.

O conceito de grupo do qual partimos nesse trabalho é delimitado como um conjunto de pessoas que estão reunidas e ligadas em função de algum objetivo ou expectativa, e que desenvolve uma ação. Como pode ser percebido é uma definição que é dada externamente ao grupo e baseia-se na observação de uma prática social humana. Essa conceituação possui também a característica de criar um dentro e um fora, na medida em que impõe limites para o grupo. Salita (2004, online) faz uma breve revisão e descrição nas definições clássicas de grupo propostas por diversos autores na qual pode ser percebido que em comum todos têm essa componente de citar o grupo como uma

unidade restrita com exceção da proposição de Sartre como o grupo como um processo, um eterno vir a ser, que nos coloca frente a um impasse, como pode o grupo ser uma unidade restrita com limites que configuram um dentro e um fora e ao mesmo tempo ser entendido como um processo?

O acesso ao grupo pela processualidade já é proposto por Barros (1994), que marca três diferentes enfoques para investigar a atuar nos grupos. O primeiro é o que ela refere como o enfoque habitual, o da experiência grupal, aquele que nos referimos que trabalha na lógica do grupo-objeto (exemplificados por nós em Lewin, Freud, Bion). O segundo é o que acessa o grupo pela instituição, que é o seu contexto (exemplificados por Lapassade, Pichon-Rivière); o grupo aqui até pode ser visto como processo, mas um processo que habita instituições. O terceiro enfoque, referido como a escolha feita por Barros e que também vai ser o nosso ponto de partida, aponta o grupo como instituição, em uma perspectiva permanentemente histórica. Essa perspectiva é construída por Barros (1994) em sua tese após uma discussão sobre diferentes abordagens da teoria dos grupos que resulta em um diagrama que apresenta três enfoques principais, o primeiro que trabalha o grupo a partir do aqui e agora e apresenta uma discussão do grupo centrado sobre o grupo (que se aproxima daquilo que chamamos de grupo-objeto), uma segunda que trabalha o grupo tendo a instituição como o seu contexto (na qual o grupo habita instituições) e uma terceira que se propõe a trabalhar o grupo a partir de uma transversalidade entre o entre as duas. Barros (1994) caracteriza o primeiro enfoque como o “grupo-experiência”, onde o grupo é tratado como texto, sendo algo a ser compreendido ou decifrado e o segundo enfoque como o grupo *na* instituição, tornando-se assim contexto. A via que ela defende é aquela que se propõe a trabalhar o grupo a partir de uma transversalidade entre o texto e contexto, que pode ser graficamente representada pela Figura 3.

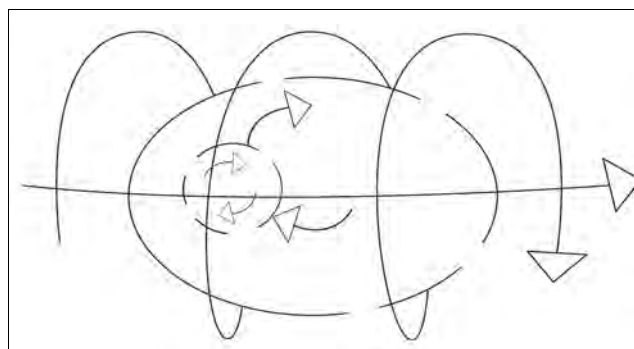


Figura 3 – A perspectiva transversal.
(desenho por Gustavo Schossler, 2005)

Essa última é a nossa escolha de trabalho, pois se aproxima da idéia de processo, uma vez que trabalha com duas noções; a de texto, que pode ser entendido naquilo que denominamos grupo-objeto, e contexto, que traz à discussão todo aspecto institucional da situação grupal e assim não estaremos mais trabalhando em uma lógica que entende grupos e instituições como individualidades, mas sim como múltiplos modos de existência.

Para tanto, propomos que o evento coletivo humano seja acessado pela via do processo grupal. Esse processo grupal que aqui falamos não é determinado exclusivamente por um grupo anterior, pois assim cairíamos na lógica do grupo-objeto, ou tampouco determinada exclusivamente pela instituição que o contém. O processo grupal é aqui colocado como uma forma de se acessar a constituição do sujeito.

Estamos, portanto, investigando a subjetividade, dentro de uma perspectiva que contesta a equivalência de sujeito a indivíduo. Perspectiva essa que foi construída em função de um longo processo histórico, que segundo Barros (1994), transformou o *um* em *o*, generalizando a singularidade. Isso pode ser entendido como a afirmação de que estamos vivendo um momento histórico com a tendência de equiparar sujeito a indivíduo, ou, em outras palavras, um contexto que apresenta o indivíduo como único modo de subjetivação possível. As reflexões de Barros, contudo, permitem que concebamos diferentes modos de subjetivação e nesse momento o conceito de processo grupal surge como alternativa.

Afirmamos que o processo grupal é uma forma singular de acessar a subjetividade. Isso implica dizer que estamos falando de uma especificidade, o que nos leva a perguntar se o processo grupal possui tal especificidade que o legitime como forma de investigação. Para responder essa indagação, novamente nos apoiamos em Barros (1994) que diz que o grupo não pode ser considerado um objeto de segunda categoria e nem colocado como menos importante diante de outros temas de pesquisa. Para colocar o grupal além de um lugar de dependência nos estudos da subjetividade, ela propõe o conceito de dispositivo, que nos coloca diante da perspectiva de pensar os seus efeitos subjetivadores. A partir disso diz que ainda é possível pensar na especificidade grupal, uma vez que o grupo pode se configurar como uma forma de produção de subjetividade diferente do indivíduo. Temos o grupal como não só conexões entre pessoas diferentes, mas também encontros de modos de existência diferentes.

Como vimos, Barros (1994) tenta acessar o grupo pela via da processualidade, mas não oferece uma delimitação do conceito de processo, optando por conceitos como transversalidade e investigando o grupo

através da já exposta articulação de um dispositivo em função do texto-contexto. O dicionário Aurélio (Ferreira, 1986) propõe algumas definições para processo, das quais duas vão nos interessar e servir de base para a compreensão do grupo como tal, que são “*sucessão de estados ou mudanças*” e “*maneira pela qual se realiza uma operação*” (p. 1395). Isso implica a compreensão de que o processo em si não pode ser compreendido a partir de uma localização, e sim de um movimento, isto é, o processo é acessado a partir de indícios de uma ação que modifica o que está colocado, sejam práticas, organizações, instituições ou a sociedade.

No seu dicionário de filosofia, Ferrater Mora (1979) fala que o conceito de processo se contrapõe ao ser estático e a substância. Afirma ainda que o termo processo é tão amplo que se torna praticamente impossível de ser manejado. Mora (1979) tem uma definição próxima à proposta pelo dicionário Aurélio quando diz que processo se compõe de uma série de acontecimentos e que toda ação é um processo ou possui um caráter processual.

Essa pesquisa surgiu atravessada pelo referencial do que podemos chamar de psicologia social, isso quer dizer que o objeto que esse estudo pretende enfocar está inserido em uma visão de mundo e concepção de homem específica o que implica uma forma particular de pesquisa, inscrevendo-se junto a uma visão que a considera a sociedade como uma construção subjetiva determinada por uma multiplicidade de fatores e não somente como uma unidade.

Entendemos que nossa investigação coloca em sua origem uma tensão entre visões da situação grupal; resultando na tentativa de compreender o processo grupal, delimitando-o teoricamente a partir de uma tentativa de visualização prática. Explorar o conceito de processo grupal é fundamental para que possamos trabalhar em uma perspectiva que considera o grupo como um espaço possível para o encontro e criação de modos de existência diferentes. Entendemos que essa delimitação é necessária para podermos operar com o conceito de grupo sem cair na lógica da subjetivação individual somente. Colocar o processo grupal em primeiro plano é tirar o estudo dos grupos de uma segunda categoria e colocá-lo como ênfase fundamental para compreender o homem contemporâneo e como sua subjetividade é constituída. Diante do exposto, a nossa questão de pesquisa é: como possibilitar a visualização do processo grupal?

PROCEDIMENTOS

Quando falamos em buscar o conceito de processo, estamos buscando uma forma de poder visualizar a

mudança, para tanto não nos interessa como ponto principal a delimitação de uma totalidade do grupo, mas sim os movimentos que constroem e destroem (simultaneamente) essa totalidade, o que confere ao grupo o seu caráter de eterno vir-a-ser.

Quando optamos por uma investigação baseada na transversalidade tínhamos claro que o nosso modo de trabalho não poderia se basear somente na análise de uma experiência de grupo, era preciso que ampliássemos o nosso modo de ver e compreender a realidade, do contrário estaríamos perpetuando uma visão horizontal da produção de subjetividade. Nesse contexto escolhemos como campo de investigação a disciplina de Psicologia das Relações Humanas e Dinâmica de Grupo II da UFRGS, por uma série de fatores, entre os quais se destacam:

- a) é uma atividade de grupo que já estava em curso, estaríamos então pesquisando o tema do processo grupal associado a uma prática social reconhecida e legitimada pela instituição que a contém, resultando na possibilidade de que os desenvolvimentos dessa pesquisa possam ser utilizados com o objetivo de aprimoramento das técnicas, atividades e teorizações das disciplinas de Dinâmica I e II.
- b) a experiência a ser utilizada como recorte empírico, aconteceu sem nenhuma intervenção ou estruturação no sentido de pesquisa ou sistematização de investigação, o que nos afasta da possibilidade de uma artificialização em função da proposta de uma investigação.
- c) o acesso aos registros feitos ao longo do semestre pelos próprios alunos sobre a experiência que participavam, além do trabalho final da disciplina, e a obtenção de autorização por parte de todos os alunos ao final do semestre para a utilização dos registros do semestre como recorte empírico para a pesquisa.
- e) o fato de o pesquisador ter um amplo conhecimento da maneira como está estruturada a disciplina por ter participado de diferentes modos ao longo da sua formação acadêmica e profissional (como aluno, monitor e professor vinculado a prática de ensino), o que certamente ajuda na elaboração da análise sobre a situação, uma vez que não estamos investigando um evento totalmente estranho e alheio a realidade do pesquisador.

As disciplinas de Psicologia das Relações Humanas e Dinâmica de Grupo I e II do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul são realizadas ao longo de dois semestres, tendo início no quarto semestre do curso de graduação em psicologia.

São disciplinas obrigatórias e tem como objetivo apresentar as principais teorizações sobre grupos, capacitando os alunos em observação de situações grupais e coordenação de reuniões. O momento que escolhemos como campo de investigação nessa pesquisa é o segundo semestre da disciplina, que é baseado no estudo da técnica dos grupos operativos e utiliza os seus conceitos para analisar as aulas.

O funcionamento da Dinâmica II estava baseado em duas modalidades de aula, a chamada de *grande grupo* e a de *pequenos grupos*, como a frequência das aulas é de duas por semana, tínhamos uma aula de pequeno grupo e outra de grande grupo por semana. As aulas de grande grupo são realizadas contando com a totalidade dos alunos matriculados na disciplina em cada turma e têm como foco principal a discussão de aspectos teóricos gerais. Intercaladas a essas, temos as aulas de pequenos grupos, que são centradas na experiência de coordenação e nas quais se exige que cada aluno experimente o lugar de coordenador. Isso é feito da seguinte maneira: as duas primeiras aulas são coordenadas pela equipe docente, enquanto um dos alunos é responsável pela elaboração de um relato dos eventos da reunião. Nas duas próximas aulas, aquele aluno que era o relator assume a função de coordenador e novo aluno assume a função de relator e assim subsequentemente até que todos os alunos tenham relatado e coordenado duas reuniões. Como equipe docente, a turma B contava com o professor titular da disciplina e um monitor, além da presença do pesquisador, vinculado em função do seu curso de mestrado. Essa presença era freqüente fonte de discussões sobre a denominação que deveria receber o pesquisador, que foi chamado de professor, monitor, bolsista, observador, até que ao final do semestre convencionou-se denominar ludicamente de acompanhante grupal (AG), denominação essa que poderia ser expandida igualmente ao monitor.

Uma vez decidido o nosso campo de investigação tínhamos à disposição um material bastante rico para análise, que consistia em cinco elementos principais: *os relatos das reuniões*: os relatos de cada aula produzidos pelos próprios alunos. *Anotações*: que foram as notas, rascunhos e pequenos textos feitas pelo professor, monitor, pelo pesquisador e pelos alunos. *O material produzido em sala de aula*: cartões e textos produzidos em sala de aula pelos alunos, vinculados ou não a proposição de técnicas de dinâmica de grupo pelo coordenador de cada encontro. *As mensagens eletrônicas* (e-mail): trocadas pelos participantes da disciplina na lista de distribuição criada com fins específicos de comunicação extra-classe com os alunos. *O trabalho final da disciplina*: construído de maneira coletiva por cada pequeno grupo, utilizando uma fer-

ramenta de escrita colaborativa disponibilizada pelo Programa de Pós Graduação em Informática na Educação da UFRGS. E por fim *as lembranças*, que são situações, eventos, suposições e análises sobre a disciplina que não estão registrados de forma escrita, mas são recordadas pelo pesquisador, monitor ou professor. Todo esse material pode ser datado e referido a encontros específicos dos pequenos grupos, o que possibilitou a sua sistematização a partir de uma tabela para cada pequeno grupo dividida pelos dias das reuniões no eixo vertical e pelas diversas formas de registro, que compunham o eixo horizontal.

Para além dos registros que tínhamos a disposição para a análise, realizamos cinco encontros com aqueles alunos que tivessem interesse em discutir a análise da experiência. O nosso objetivo com essa proposta foi tornar a análise mais próxima dos que viveram a situação analisada, minimizando assim a parcialidade da análise do pesquisador, o que não seria possível se utilizássemos como único recurso os registros das reuniões de discussão.

Nossa pesquisa se aproxima da pesquisa-ação na forma como foram feitos os registros, pelos próprios participantes, que os envolve na investigação de modo determinante. Os participantes desta pesquisa não são encarados como meros informantes da realidade, são também tomados como agentes que participam da construção do conhecimento.

Sustentamos esse entendimento também a partir do procedimento que previu as reuniões de discussão com os participantes da Dinâmica II. Esse procedimento nos mostra mais uma vez a aproximação da nossa pesquisa com o referencial da pesquisa-ação, uma vez que os seus participantes ou a experiência utilizada como base para análise não está colocada somente como reservatório de informações, em uma condição passiva. Ao contrário, entendemos que o problema de pesquisa e a sua construção analítica também passa pela ação dos participantes da pesquisa. Em função disso previmos em nossa pesquisa um espaço de discussão dos achados e desenvolvimentos da análise dos dados.

Essa pesquisa define-se, então, como uma investigação exploratória de caráter qualitativo, que se apóia em pressupostos da pesquisa-ação, a saber; a participação do pesquisador como sujeito da pesquisa, o foco na articulação teoria-prática, a participação ativa dos pesquisados na construção da pesquisa e a produção de novos modos de relacionamento do pesquisador e dos pesquisados com o conhecimento.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir dos procedimentos acima descritos, podemos destacar alguns pontos que consideramos cruciais

para a compreensão do processo grupal na situação investigada. Esses pontos podem ser caracterizados como momentos chaves, nos quais podemos perceber com maior clareza quais elementos estão em ação e de que forma aqueles indivíduos estão organizados como grupo ao longo do processo. Tais momentos foram os orientadores da nossa análise e podem ser assim descritos a partir da referência dos encontros dos pequenos grupos: 1. O início, 2. A primeira coordenação dos alunos, 3. A troca de AG, 4. A construção do trabalho final, 5. O final.

Precisamos dizer que esses momentos chaves podem ser encarados em uma perspectiva cronológica unidirecional, esse não é, contudo, o nosso enfoque, uma vez que entendemos que o processo grupal não possui uma direção constante, mas sim agenciamentos de fluxos que compõem a criação de imagens e modos de ação. Com isso não queremos dizer que não operamos em uma perspectiva histórica, pelo contrário, pensamos que só poderemos conhecer o processo grupal se estivermos atentos ao contexto e às suas implicações dentro de uma visão que contempla os desenvolvimentos anteriores. Temos o entendimento de que o movimento do grupo coloca constantemente em primeiro plano diversos elementos e padrões de relação que são ou não perpetuados em função de diversos fatores, mas que de modo algum podem ser encarados como superados se por ventura não se fazem presentes com a mesma intensidade do que em situações passadas.

Em nossa pesquisa, propomos que a busca por uma definição do processo grupal parte da busca por constâncias (na forma de movimentos) que permitam que as forças em ação na situação grupal sejam denominadas processo e com isso, adquiram um status diferente e se constituam como um fenômeno específico. O processo grupal é entendido nessa pesquisa como um movimento, na perspectiva de constituição do sujeito, que inicialmente ocorre de maneira inespecífica e que ao longo do seu curso é investido de sentido. Com isso queremos dizer que o conceito de processo grupal surge para denominar um movimento ou agenciamento de forças anterior ao grupo, que em si não possui uma essência a priori, mas é produtor de sentidos e objetos, entre eles a idéia de grupo.

Entendemos que o processo grupal não deve ser tomado somente na unidade do grupo, pois está além da prática comum na busca de objetivos. Nossa pesquisa aponta para um processo grupal que tem origem incerta e que se atualiza na totalização das práticas, criando modos de funcionamento específicos, que envolvem aspectos operacionais e afetivos, possibilitando a emergência de uma especificidade ou identidade do grupo, que é por sua vez também transitória e sujei-

ta a transformações. Dizemos que há uma origem incerta porque nossa experiência na Dinâmica II mostra que as relações que ocorrem nos pequenos grupos podem ser traçadas mesmo antes do início do semestre. O conceito que utilizamos de processo está ligado a permanente transformação, o que o distancia da noção de inércia. Por isso a utilização que fazemos do termo processo se aproxima mais do conceito de práxis que do conceito de processo utilizado por Lapassade (1983). Não opomos a prática do grupo ao seu processo, do contrário, ampliamos a noção de processo para que a englobe como um dos seus elementos, incorporando o conceito de práxis ao de processo, nos aproximando da definição ontológica de Lapassade (1983, p. 246) que nos diz que o grupo é “[...] *uma existência sem essência* [...]”, e que a sua unidade não pode ocupar outro lugar que não o da sua prática.

A utilização do recurso teórico de Lapassade não é feita aqui com o objetivo de categorizar os momentos que analisamos na Dinâmica II, mas sim trazer a noção de processo que este autor apresenta. Segundo ele, a prática comum que surge no grupo é ao mesmo tempo práxis e processo (Lapassade, 1983, p. 245). O seu espectro de práxis é determinado pela organização das práxis individuais, que é uma totalização em função de objetivos comuns, que é aquilo que antes chamamos de grupo-objeto. O processo é representado pelo momento do grupo no qual ele próprio entra em pane ao se ultrapassar no sentido de organismo. Para Lapassade (1983), o grupo se encontra permanentemente no meio-caminho entre a máquina e o organismo, que é o que para ele diferencia a práxis do processo; a primeira tende para a ação enquanto que o segundo tende para a inércia.

É preciso ressaltar que o termo processo é tomado por Lapassade com referência ao movimento interno ou dinâmica interna do grupo. E é aqui justamente que reside uma importante diferença entre o modelo de Lapassade e o que almejamos para a visualização do processo.

Ao colocarmos como “objeto” de pesquisa aquilo que é da ordem do inconstante, nos colocamos em uma posição permanentemente defasada em relação a ele. O desafio de nossa pesquisa era conseguir apreender o inapreensível, que é a inconstância, a permanente transformação e ao transpor isso para o discurso, ainda mais acadêmico, criamos o que podemos chamar ludicamente de um atraso. Quando falamos do processo, estamos falando de seus efeitos, daquilo que nos é visível através da diferença em uma realidade que é forçosamente tomada como objetiva. Em outras palavras, quando colocávamos o processo na ordem do discurso dessa pesquisa, ele já não mais era, pois seu caráter de permanente possibilidade de transformação

era tolhido. Nesse sentido o processo está sempre adiante de nós, pois a sua totalidade é inapreensível, uma vez que ele próprio é definido pela incompletude e permanente alteração de limites.

Apesar do modelo de Lapassade ser muito importante ao criar espaço para que pensemos o grupo ontologicamente, ele não explora detidamente alguns elementos que consideramos fundamentais para a compreensão do processo grupal, especialmente aqueles que podemos denominar como aspectos implícitos da situação grupal.

Sobre esse ponto vamos buscar apoio nas teorizações de Pichon-Rivière, que coloca na operação do grupo uma chave para a sua compreensão e dedicou bastante atenção aos elementos chamados por ele de implícitos. Ele nos apresenta o processo grupal como o “estruturando” do grupo, isto é, como uma estrutura em movimento, em contraposição a uma organização rígida. Vemos então que Pichon-Rivière (1986) esboça uma aproximação entre a noção de prática e processo, uma vez que a própria ação do grupo é responsável por sua existência e organização. Uma das diferenças marcantes de Pichon-Rivière para Lapassade reside na acentuada influência que a psicanálise exerce nos seus estudos sobre grupo. Por conseguinte há uma preocupação importante com os aspectos inconscientes do acontecer grupal, o que não é tão explícito em Lapassade e é o que nos oferece subsídios para continuar buscando uma forma de visualização do processo grupal, que agora pode contar com mais elementos do que somente os antes vistos como funcionais ou organizacionais.

A suposição de que o grupo também opera a partir de componentes que não estão explícitos é muito importante para que possamos compreender como se dá a sua ação que finalmente possibilita que nele ocorram transformações que tornam o processo evidente, como é o caso da nossa investigação. Exatamente no meio no semestre analisado, ocorreu a troca de salas e do AG de cada grupo. Essa situação pode ser compreendida a partir de uma visão organizacional do grupo, na determinação das mudanças que ocorreram em função de um novo ambiente ou de estilo de condução das atividades em sala de aula. Entretanto, uma análise que se baseia somente nessa visão, é no nosso entender parcial e incompleta; pudemos perceber que a troca colocou em evidência uma série de fantasias e componentes afetivos que até então não estavam explícitos, mas determinavam a ação do grupo, que podem ser exemplificados nas fantasias de que todos no grupo tinham um relacionamento amistoso, ou mesmo que o trabalho no grupo não deveria criar focos de tensão e que todas as atividades nessa direção deveriam ser evitadas.

Sem a leitura de Pichon-Rivière não seria possível trazer esses elementos implícitos à discussão do processo grupal. Para explicar o que são os elementos implícitos, Pichon-Rivière (1986) vai nos falar da existência de universais, que podem ser entendidos como o conteúdo implícito das relações vinculares e são definidos por este autor como: os medos básicos, a situação terapêutica negativa frente à mudança, o sentimento básico de insegurança, os processo de comunicação e aprendizagem e as fantasias básicas (de doença, tratamento e cura). Esses elementos atuam de forma latente nas relações vinculares e a sua investigação seria atribuição do terapeuta. O explícito é representado pelas situações manifestas que se apresentam na situação grupal ou vincular e pelos quais é possível compreender como os universais emergem. No caso da troca que analisamos como momento chave, podemos tomá-la como uma situação na qual ocorre a emergência dos universais que antes estariam implícitos, no caso os sentimentos básicos de insegurança.

Além dessa importante discussão sobre o implícito, Pichon-Rivière ainda nos traz um importante desenvolvimento para pensarmos o processo grupal e a sua relação com a criação de um grupo enquanto unidade. Com o conceito de ECRO, ele coloca em questão a construção de uma unidade grupal (ECRO grupal) móvel e ao mesmo tempo totalizante, com a qual podemos fazer uma leitura do grupo baseado na totalização de práticas, conceitos e referências individuais para a obtenção de um esquema conjunto que norteará uma ação. Contudo, uma leitura mais atenta dos textos deste autor nos mostra que a construção do ECRO grupal não é necessariamente feita em função de uma totalização, mas também pode ser vista como a escolha (nem sempre consciente) e integração de elementos tidos como individuais ao modo de funcionamento coletivo. Essa sutil diferença é importante, pois nos coloca diante da permanente possibilidade de a construção da unidade se deparar com a diferença, forçando-a a uma reestruturação.

Esse entendimento pode ser exemplificado nos dois pequenos grupos na recorrente discussão de como as diferenças individuais determinam as ações do grupo. Temos então uma unidade ou estrutura em permanente transformação; o estruturando, que é a apresentação do processo para Pichon-Rivière. O disparador dessas transformações é o emergente, que provoca um movimento dialético que “[...] inclui o salto e a transformação de um emergente em outro, através de sucessivas passagens de um círculo fechado a outro” (Pichon-Rivière, 1986, p. 96). O emergente é na situação grupal o conteúdo de uma relação vincular implícita que realiza um movimento na direção do explícito, constituindo-se como o motor da transformação das

configurações do grupo. O processo do grupo tem para Pichon-Rivière duas importantes dimensões, a do explícito e do implícito, ou manifesto e latente. Nas duas turmas analisadas essas duas dimensões ficam evidentes na situação da troca de AG, quando mesmo antes de efetivada, já estava presente como conteúdo a ser discutido, primeiramente ainda na ordem do implícito e depois claramente passando ao explícito, possibilitando ao grupo a transformação de seu entendimento sobre a sua condição. Com a contribuição de Pichon-Rivière podemos ter a compreensão do processo grupal utilizando como a base a idéia da construção de uma estrutura coletiva, que pode ser uma imagem que o grupo tem de si e que é constantemente alterada por sua prática.

Para explorarmos mais detidamente essa idéia, nos apoiamos também em Romero (2001), que aprofunda a discussão sobre os aspectos estruturais, manifestos e latentes do grupo. Ele desenvolve a idéia de um grupo como objeto formal abstrato, segundo a qual o grupo funciona como um sistema que possui uma dinâmica e uma estrutura, ambas com aspectos manifestos e latentes ou inconscientes. O núcleo do grupo é definido pelo conflito e em função dele se desenvolvem os processos de comunicação, interação, papéis, suposição básicas, transferência e de coesão. Romero (2001) diz que a estrutura é referente àqueles aspectos mais constantes do grupo, como as suas leis de funcionamento e ação e a dinâmica diz respeito à relação entre os já citados elementos do grupo. Ao trazer a idéia de conflito, além da aproximação com a dialética, ele faz uma proposição de uma multideterminação do grupo, com uma “policausalidade” (2001, p. 139) de sua existência.

Apesar de não explorar a questão do processo detalhadamente, a definição do grupo de Romero (2001), como objeto formal abstrato, nos permite fazer a diferenciação de grupo e processo grupal, colocando o primeiro como uma estrutura dinâmica (a qual Pichon-Rivière já esboçava) e o segundo como o conjunto de relações da qual emerge esse objeto. Isso pode ser exemplificado na nossa escolha dos momentos chaves, que mostram diferentes modos de estruturação de dois pequenos grupos em função de sua prática e que também indicam a existência de um fluxo que transcende essa estrutura e está com ela em permanente e indissociável relação, transformando-a e alterando-a em sua totalidade.

Podemos citar como diferença principal a leitura que os autores citados fazem do processo, circunscrita aos limites do grupo, enquanto que nos propomos a conhecer o processo como um movimento de construção do grupo como unidade ontológica, anterior, portanto a uma delimitação objetiva do grupo. Os autores

que citamos analisam o processo a partir daquilo que podemos chamar de uma perspectiva interna ao grupo, enquanto que em nossa proposta a análise do processo começa antes do estabelecimento dos limites que conferem a unidade ao grupo. Com isso dizemos que a delimitação do grupo é somente possível quando do estabelecimento de práticas e discursos nos quais os integrantes do grupo possam se reconhecer enquanto unidade. E é justamente nas mudanças e transformações dessa unidade que o processo poderá ser conhecido.

A partir daí o grupo enquanto objeto tem a sua importância relativizada, cedendo espaço para uma abordagem do grupo que prioriza o seu movimento, as suas transformações. Não podemos, contudo, negar que nossa investigação também deve sua origem a uma delimitação objetiva de um grupo, no caso a turma B de Dinâmica II. Em função disso e para não incorrer no equívoco de operar na perspectiva interna do grupo é que trazemos a idéia da transversalidade, que confere uma ampliação ao nosso campo de pesquisa. Ao trabalharmos sob esse enfoque propomos que a visualização do processo grupal se dê a partir de uma perspectiva subjetiva da construção da unidade grupal articulada com um contexto mais amplo, que pode ser descrito como uma outra unidade, que pode ser a própria organização que abriga o grupo ou mesmo a sociedade como prática e unidade mais ampla.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos então que o processo grupal é uma realidade específica de transformações, que somente é visível por seus efeitos, entre eles, a produção de discursos subjetivos e unidades identitárias, entre as quais a própria noção de grupo. Esse processo pode, em alguma medida, ser compreendido por observadores externos, isto é, que não se vinculam à situação nem são afetados por ela. Entretanto, o que propomos é que o processo grupal para ser analisado com consistência e profundidade não pode prescindir da implicação subjetiva do investigador. Uma vez que investigar ou conhecer o processo grupal é pesquisar a mobilidade, a transformação, o pesquisador deve estar afeito a também fazer parte dessa transformação, a também compartilhar dos agenciamentos que ocorrem.

É justamente a partir dessa implicação que será possível determinar a existência do grupo a partir do processo e assim escapar daquela visão que engessa o grupo em uma permanente condição de objeto. A partir da implicação, que também pode ser tomada como transversalidade, o grupo é visto tanto como objeto quanto processo, e não mais importa a relação entre duas totalidades, mas sim aquilo que é produzido nes-

se encontro, os novos modos de existência que são criados. O processo grupal pode, assim, ser visto como a tensão que impede o grupo de se transformar em totalidade absoluta, como a constante transformação, que só pode ser visualizado relativamente.

Não somos ingênuos a ponto de afirmar que sempre será possível fazer uma análise do processo grupal que conte com um pesquisador implicado subjetivamente com seu campo de pesquisa ou mesmo que sua figura seja imprescindível. Entretanto, pensamos que é indispensável que o espaço para a emergência de uma produção de sentido sobre a situação grupal em questão, pois somente a partir de um discurso subjetivo sobre o grupo é que poderemos nos aproximar com propriedade do processo, que ainda permanece como totalidade impossível, e nem é nosso objetivo que ele se feche em uma unidade. Nossa investigação não teve em nenhum momento a intenção de oferecer um sentido fechado ao conceito de processo grupal, uma vez que partimos de um entendimento de que o mundo é em si um vir a ser e mesmo a suas unidades ontológicas são criações subjetivas, tais como as organizações e práticas.

A investigação da subjetividade e das práticas sociais, a partir do conceito de processo grupal, pode ser uma forma de escapar do raciocínio do grupo-objeto que não faz mais do que colocar o grupo como mais um indivíduo preso a um movimento de totalização, que longe de ser um espaço de produção de sentidos é uma estrutura que aprisiona sentidos.

A forma que encontramos para tentar visualizar o processo, consiste principalmente, então, de buscar na significação das situações vividas pelos participantes do grupo, elementos que possam evidenciar a produção de subjetividade que ocorre no grupo, que além de resultar em individualidade ou totalidades, carrega uma centelha de permanente modificação, de constante inquietude com a realidade, que é somente possível no encontro de modos de existência que é a situação grupal.

À guisa de fechamento é importante ressaltar que nossa disposição em focalizar o conceito de processo não tem como objetivo a sua definição absoluta. Pelo contrário, o que almejamos ao propor esse tema de pesquisa é possibilitar que novas formas de compreensão do conceito possam ser formuladas e assim colocar o estudo dos grupos como uma forma importante para o estudo do ser humano. A partir do conceito de processo grupal esperamos garantir ao estudo dos grupos uma especificidade que vai além da figura do indivíduo ou das figuras de totalidades acabadas. Assim estamos propondo uma forma singular de acessar o grupo, que, como já mencionado, não se propõe única.

REFERÊNCIAS

- Barros, R. D. B. de. (1994). *Grupo: a afirmação de um simulacro* 1994 2 pt. (448 p.) [Tese de Doutorado em Psicologia Clínica], Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica, São Paulo.
- Ferreira, A. B. de H., (1986). Processo. In _____. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (p. 1395). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Ferrater Mora, J. (1979). Proceso. In _____. *Diccionario de Filosofia* (pp. 2701-2703). Madrid: Alianza.
- Lane, S. (1985). Processo Grupal. In LANE, S. et al. *Psicologia Social: o homem em movimento* (pp. 78-98). São Paulo: Brasiliense.
- Lapassade, G. (1983). *Grupos, organizações e instituições*, (2ª ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Lewin, K. (1973). *Problemas de dinâmica de grupo*, (2ª ed.). São Paulo: Cultrix.
- Pichon-Rivière, E. (1986). *O Processo Grupal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Salita, A. *Grupo: Definiciones*. Disponível em: <<http://www.psicosocialdelSUR.com.ar/textos/definiciones.html>>. Acesso em: 10 nov. 2004.
- Romero, R. R. (2001). *Grupo, objeto y teoria*, (4ª ed.): (Vol. II). Buenos Aires: Lugar Editorial.

Recebido em: 11/07/2005. Aceito em: 10/08/2006.

Autores:

Alexandre Baldasso Schossler – Psicólogo. Mestre em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS.

Sergio Antonio Carlos – Assistente Social, Doutor em Serviço Social pela PUCSP e professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. sacarlos@ufrgs.br

Endereço para correspondência:

ALEXANDRE BALDASSO SCHOSSLER

E-mail: schossler@yahoo.com